



HTB Engenharia e Construção S.A.
CNPJ nº 61.037.537/0001-10
Uma empresa do Grupo HTB



Nossas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaborada na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, que está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Balanças Patrimoniais				Demonstrações de Resultados			
ATIVO		2025	2024	PASSIVO		2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		107.963	83.271	Empréstimos e financiamentos		-	5.000
Contas a receber		59.991	93.422	Fornecedores e subempreiteiros		28.595	27.664
Impostos a recuperar		8.762	5.528	Adiantamento de clientes		131.651	34.834
Outros créditos		26.225	21.177	Impostos e contribuições a recolher		4.277	8.457
Partes relacionadas		54.024	17.237	Obrigações trabalhistas e sociais		26.357	36.283
Total do ativo circulante		256.965	220.636	Provisões gerais		51.387	42.252
Não circulante				Obrigações com consórcios		81	133
Realizável a longo prazo				Passivo de arrendamento		4.613	3.988
Depósitos judiciais		1.683	1.923	Outras contas a pagar		2.020	27.218
Outras contas a receber		3.252	3.252	Dividendos a pagar		2.409	7.989
Partes relacionadas LP		1.055	1.055	Total do passivo circulante		251.390	193.819
Imposto de renda e contribuição social diferidos		45.735	44.214	Não circulante			
Impostos a recuperar LP		4.950	-	Provisões gerais LP		10.397	9.845
		56.675	50.445	Passivo de arrendamento LP		5.047	9.202
Imobilizado líquido		12.409	17.234	Total do passivo não circulante		15.444	19.046
		12.409	17.234	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		69.083	67.678	Capital social		49.799	49.799
Total do ativo		326.048	288.314	Reserva de lucros		9.415	25.649
				Total do patrimônio líquido		59.214	75.448
				Total do passivo e patrimônio líquido		326.048	288.314

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Lucros (prejuízos) acumulados
	60.923	5.720	5.720	
Aumento de capital	5.720	(5.720)	-	-
Redução do capital	(16.844)	-	-	(16.844)
Distribuição de lucro	-	-	-	(42.911)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.639
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.989)
Reservas de lucros	-	1.682	23.967	(25.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	49.799	1.682	23.967	75.448
Distribuição de lucro	-	-	(23.967)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.142
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.409)
Reservas de lucros	-	507	7.226	(7.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	49.799	2.189	7.226	59.214

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HTB Engenharia e Construção S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de agosto de 1966, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 145, Vila Cruzeiro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem por objeto social o gerenciamento e a execução de obras no setor de engenharia e construção civil, atuando predominantemente como construtora nos segmentos de edificações, industrial e infraestrutura.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e, quando aplicável, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras também estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2026. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, sendo revisadas periodicamente. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Receita de contratos de construções: A receita é reconhecida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Os contratos de construção celebrados pela Companhia representam, substancialmente, uma única obrigação de desempenho, satisfeita ao longo do tempo. A receita é reconhecida à medida que o controle do ativo é transferido ao cliente, utilizando o método do percentual de conclusão (POC), com base nos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato (método de input). Variações contratuais são incluídas na receita quando é altamente provável que não ocorrerá reversão significativa dos valores reconhecidos. Quando os custos totais estimados excederem a receita contratada, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, conforme CPC 25 - Provisões. Ativos de contrato representam receitas reconhecidas ainda não faturadas, e passivos de contrato correspondem a valores recebidos antecipadamente ou faturados antes da execução dos serviços. A aplicação do CPC 47 envolve julgamentos significativos, especialmente na estimativa dos custos totais dos contratos e na mensuração do progresso das obras. **Contratos firmados como Preço Máximo Garantido ("PMG") e Contratos por Empreitada:** Nos contratos firmados sob a modalidade de Preço Máximo Garantido ("PMG"), a Companhia assume a execução do projeto até um limite máximo de preço previamente estabelecido contratualmente, absorvendo eventuais excedentes de custo que ultrapassem esse limite, salvo quando decorrentes de alterações aprovadas pelo cliente. Nessas situações, as economias apuradas podem ser compartilhadas com o cliente, conforme condições contratuais específicas. Nos contratos por empreitada, a Companhia assume a obrigação de entregar a obra por preço previamente acordado, sendo responsável pelos riscos relacionados à execução e aos custos do projeto. A receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base no método da porcentagem de conclusão (Percentage of Completion - "POC"), o qual reflete o estágio de execução do projeto na data-base das demonstrações financeiras. O progresso é mensurado, substancialmente, com base na relação entre os custos incorridos e os custos totais estimados do contrato, por representar a melhor estimativa da transferência de controle dos serviços ao cliente. Os custos diretamente atribuíveis aos contratos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Quando os custos incorridos excederem a receita estimada total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, nos termos da política de contratos onerosos. **Contratos em Regime de Administração:** Nos contratos em regime de administração, a Companhia é remunerada pelo reembolso dos custos incorridos na execução da obra, acrescidos de taxa de administração ou remuneração fixa contratualmente estabelecida. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base nos custos incorridos até a data-base das demonstrações financeiras, por refletirem adequadamente o progresso na prestação dos serviços. Quando a Companhia atua como agente na aquisição de materiais e na contratação de serviços de terceiros, a receita é reconhecida de forma líquida, limitada à remuneração contratual, uma vez que a Companhia não obtém o controle dos bens ou serviços antes de sua transferência ao cliente, nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. **Contratos de Serviços de Gerenciamento:** Nos contratos de serviços de gerenciamento, a receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base nas medições dos serviços executados na data-base das demonstrações financeiras. Quando o defeito do contrato não pode ser estimado com confiabilidade, a receita é reconhecida até o limite dos custos incorridos cuja recuperação seja considerada provável. Se houver evidência de que os custos totais estimados excederão a contraprestação total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, como provisão para contrato oneroso, nos termos da política aplicável. Os valores recebidos antecipadamente são registrados no passivo como adiantamentos de clientes. Os valores relativos a serviços executados e ainda não faturados ou recebidos são reconhecidos como ativos contratuais ou contas a receber, conforme aplicável. **3.2. Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa:** As contas a receber decorrem, principalmente, de contratos de construção e estão registradas pelo valor de realização. Compreendem valores faturados e a faturar na data-base, reconhecidos conforme o progresso físico ou financeiro das obras, nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Quando aplicável, os saldos são ajustados a valor presente. A provisão para perdas esperadas de crédito é constituída conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, com base na análise do histórico de inadimplência, na avaliação individual de créditos relevantes e nas condições econômicas vigentes, refletindo as perdas estimadas ao longo da vida dos créditos. **3.3. Adiantamentos de clientes:** Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos antecipadamente no âmbito de contratos de construção firmados pela Empresa, para os quais a correspondente obrigação de desempenho ainda não foi integralmente satisfeita na data-base. Nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tais valores são classificados como passivos contratuais, representando a obrigação da Empresa de transferir bens ou serviços futuros aos clientes. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é cumprida, normalmente com base no progresso físico ou

financeiro das obras, conforme previsto contratualmente. Os adiantamentos recebidos são apropriados à receita na proporção da execução dos contratos, podendo incluir valores referentes a mobilização inicial, sinal contratual, medições antecipadas ou cláusulas específicas de financiamento contratual. Os saldos estão classificados no passivo circulante, exceto quando a expectativa de realização da obrigação contratual ocorrer após 12 meses da data do balanço, hipótese em que são apresentados no passivo não circulante. **3.4. Imobilizado líquido:** O imobilizado é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição ou construção, conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment), nos termos do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e os custos necessários para colocá-lo em condições operacionais para o uso pretendido pela Administração. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos ativos, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, quando aplicável. A Administração avalia, ao final de cada exercício, a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos. Não tendo sido identificadas evidências que indiquem necessidade de reconhecimento de impairment nos exercícios apresentados. **Operações de Arrendamento Mercantil:** A Companhia aplica o CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Na data de início de um contrato que contenha arrendamento, reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa implícita no contrato ou, quando não prontamente determinável, pela taxa incremental de financiamento da Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo e depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo, o que for menor. O passivo de arrendamento é subsequentemente atualizado pelo acréscimo de juros, reconhecidos pelo método da taxa efetiva, e reduzido pelos pagamentos efetuados. A Companhia não reconhece ativos e passivos para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, cujos pagamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo contratual. **3.5. Provisões gerais:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são constituídas em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando: (i) existe obrigação presente resultante de evento passado; (ii) é provável a saída de recursos para liquidação da obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa da Administração, com base na avaliação individual dos processos e no parecer de assessores jurídicos externos. As demandas classificadas como de perda provável são divulgadas em nota explicativa, sem constituição de provisão, enquanto aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias ou novas informações disponíveis. **Provisão para garantia:** As garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens de construção e são prestadas por períodos que variam até 5 anos após a conclusão da obra. Os cálculos são efetuados com base na análise dos custos incorridos comparados à produção total das obras com período de garantia encerrado. Dessa forma, foram definidos percentuais para cada setor e segmento de atuação da Companhia, aplicados sobre a produção total das obras concluídas e em andamento, como estimativa de gastos com reparos e manutenções a incorrer. **Provisão para contratos onerosos:** Um contrato é classificado como oneroso quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações contratuais excedem os benefícios econômicos esperados do contrato. Nesses casos, a Companhia reconhece imediatamente uma provisão correspondente à perda estimada, mensurada pelo menor valor entre o custo de cumprir o contrato e o custo de rescindi-lo, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Antes do reconhecimento da provisão, a Companhia avalia eventuais perdas por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados ao contrato. **3.6. Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado mediante a divisão do lucro (ou prejuízo) atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro líquido por ação é apurado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas e da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação pelos efeitos de todos os instrumentos com potencial efeito diluidor, tais como opções de ações, bônus de subscrição ou instrumentos conversíveis, quando aplicável. Instrumentos com efeito antidiluidor não são considerados no cálculo do lucro líquido por ação. Na ausência de instrumentos com potencial efeito diluidor, o lucro líquido e o lucro líquido por ação são idênticos. **3.7. Consórcios:** A Companhia participa de consórcios constituídos para a execução conjunta de contratos de construção, nos termos da legislação aplicável. De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações são classificadas como operações em conjunto, uma vez que a Companhia possui direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados aos empreendimentos. Nessa condição, a Companhia reconhece, linha a linha, em suas demonstrações financeiras: • sua parcela nos ativos; • sua parcela nos passivos; • seus créditos; e • seus custos e despesas incorridos conjuntamente, na proporção de sua participação contratual em cada consórcio. A Administração avalia periodicamente a existência de obrigações adicionais ou riscos contingentes relacionados aos consórcios, reconhecendo provisões quando aplicável, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Companhia participa em dois consórcios: • Consórcio AEROGRU, uma obra de implantação de transporte de passageiros em via elevada no Aeroporto de Guarulhos, conectando as estações da CPTM ao TPS 03, tendo como parceiros as Companhias FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.; Aerom Sistemas de Transporte S.A.; TS Infraestrutura e Engenharia S.A.; com 25% de participação cada uma. • Consórcio PIAPEC-HTB SUAPE - QUAY-BUILDING, composto por dois projetos, sendo 1) empreendimento - Projeto QUAY, compreende a construção da estrutura do cais e acessórios, e o dragagem do berço de atracação; e 2) Projeto Buildings, compreende os projetos de construção e de remodelação/reconstrução de edifícios, com 40% e 60% de participação em cada projeto. **3.8. Benefícios a diretores e funcionários:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. • Previdência privada: a Companhia não mantém planos de previdência privada aos seus empregados. • Participação nos resultados: a Companhia possui programa de participação nos resultados conforme acordo coletivo com o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil São Paulo. • Outros benefícios: são concedidos aos funcionários, tais como: auxílio-médico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, treinamentos entre outros. **3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ganhos nas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos e leasing, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limi-

Demonstrações de Resultados			
		2025	2024
Receita de contratos de construções		487.006	858.680
Custos de contratos de construções		(407.081)	(719.836)
Lucro bruto		79.925	138.844
Outras receitas(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais		(87.128)	(105.889)
Outras receitas não operacionais		264	649
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(6.939)	33.604
Receitas financeiras		22.499	13.324
Despesas financeiras		(1.679)	(1.211)
Resultado financeiro líquido		20.820	12.113
Lucro antes da provisão para imposto e renda e contribuição social		13.882	45.717
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(5.260)	(10.278)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		1.520	(1.801)
Lucro líquido do exercício		10.142	33.639
Lucro líquido por ação			
Básico e diluído (em Reais - R\$)		107,1909	355,54790

Demonstrações de Resultados Abrangentes			
		2025	2024
Lucro líquido do exercício		10.142	33.639
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		10.142	33.639

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		13.882	45.717
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades sem geração de caixa			
Depreciações e amortizações		5.170	5.515
AVP e remensuração contratual sobre arrendamento		1.649	(507)
Baixa de ativo imobilizado		758	430
Provisão para garantia		314	(102)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas		1.071	17.244
Provisão para custo a incorrer e contratos onerosos		82.968	8.267
Provisão perda por impairment		-	230
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos		309	802
Provisão para perdas de créditos esperadas		(7.558)	10.635
Lucro líquido do exercício ajustados		98.563	88.231
(Aumento)/ redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		40.989	(26.673)
Impostos a recuperar		(8.184)	801
Outros créditos		(5.048)	(833)
Depósitos judiciais		241	117
Aumento/ (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores e subempreiteiros		931	13.235
Adiantamentos de clientes		96.816	(80.295)
Obrigações trabalhistas e sociais		(9.926)	14.924
Impostos e contribuições a recolher		(4.180)	1.304
Provisões gerais		(74.669)	(38.467)
Obrigações com consórcios		(52)	(269)
Outras contas a pagar		(25.198)	27.026
Caixa proveniente das atividades das operações		110.282	(899)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.260)	(7.902)
Caixa proveniente das atividades operacionais		105.022	(8.800)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.099)	(13.260)
Aumento (redução) das aplicações vinculadas		-	58.855
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(1.099)	45.595
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos		(5.000)	-
Crédito com partes relacionadas		(36.787)	(3.318)
Captação de empréstimos e financiamentos		-	1.750
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(309)	(802)
Dividendos pagos		(31.957)	(43.579)
Redução de capital		-	(16.844)
Pagamento de contratos de arrendamentos		(5.179)	9.131
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(79.232)	(53.662)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		24.692	(16.867)
No início do exercício		83.271	100.138
No final do exercício		107.963	83.271
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		24.692	(16.867)

tada a 30% do lucro real. (i) **Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (ii) **Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido decorrente de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e ii) que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11. Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, bem como atende aos requisitos de divulgação do CPC 40 (R1). Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como: (i) mensurados ao custo amortizado ou (ii) ao valor justo por meio do resultado (VJR), com base no modelo de negócios adotado e no teste SPPI (pagamentos exclusivamente de principal e juros). Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, exceto quando classificados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, adotando, para contas a receber de clientes, a abordagem simplificada, com reconhecimento de perda esperada para a vida inteira do instrumento, considerando histórico de inadimplência e informações prospectivas razoáveis e suportáveis. O valor justo é determinado conforme a hierarquia prevista no CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, sendo que, para instrumentos de curto prazo, o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. A gestão de riscos financeiros compreende os riscos de crédito, liquidez e mercado, sendo a exposição principal relacionada à variação do CDI sobre aplicações financeiras. A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.12. Redução ao valor recuperável (impairment):** A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se há indícios de que ativos não financeiros possam estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável, conforme o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável é determinado como o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso, este último calculado com base em fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente. Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por impairment no resultado do exercício. A redução ao valor recuperável de ativos financeiros é reconhecida conforme o modelo de perdas esperadas de crédito previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo adotada a abordagem simplificada para contas a receber de clientes. A determinação do valor recuperável envolve julgamentos relevantes da Administração, especialmente quanto às projeções de fluxos de caixa e às premissas utilizadas nas estimativas. Durante os exercícios de 2025 e 2024, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. **3.13. Políticas contábeis ainda não adotadas:** As seguintes normas e alterações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e incorporadas ao arcabouço das IFRS/CPC, com vigência para períodos anuais iniciados após 31 de dezembro de 2025, e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. (i) **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Vigência: exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026:** As alterações esclarecem aspectos relacionados à data de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, incluindo exceções específicas para liquidação por sistemas eletrônicos de transferência de valores, bem como introduzem divulgações adicionais para instrumentos com características contratuais contingentes, inclusive cláusulas vinculadas a metas ESG. A Administração está avaliando os impactos potenciais dessas alterações, não sendo esperado, até o momento, efeito material nas demonstrações financeiras. (ii) **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Vigência: exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027:** A IFRS 18 substituirá a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, introduzindo novos requisitos relacionados à estrutura da demonstração do resultado, à divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, aos princípios de agregação e desagregação de informações e a ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa. A norma não altera critérios de reconhecimento ou mensuração, mas poderá impactar a forma de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. A Administração en-



HTB Engenharia e Construção S.A.

CNPJ nº 61.037.537/0001-10

Uma empresa do Grupo HTB

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

contra-se em fase preliminar de avaliação dos impactos decorrentes de sua adoção. **Avaliação geral:** Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avaliou que as alterações com vigência em 2026 não deverão produzir impactos materiais nos saldos reconhecidos. A IFRS 18 poderá gerar alterações relevantes na apresentação das demonstrações financeiras a partir de sua adoção. Nenhuma dessas normas foi adotada antecipadamente. No Brasil, a aplicação efetiva dependerá da homologação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelos órgãos reguladores competentes, quando aplicável.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social, no montante de R\$ 49.799 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pertence aos acionistas residentes no país, e é composto de 49.799 ações ordinárias nominativas.

	2025 e 2024		
	Quantidade de ações	% de participação	Capital Social
HTB Participações Ltda.	94.611	99,99%	49.798
Detlef Dralle	1	0,01%	1
Total	94.612	100%	49.799

b. Distribuição de dividendos: Nos termos do Estatuto Social e do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após as destina-

ções previstas em Lei, incluindo a constituição da reserva legal. A destinação do lucro foi calculada conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.142	33.639
(-) Reserva de lucro - 5%	(507)	(1.682)
(=) Base para o dividendo mínimo obrigatório - 25%	9.635	31.957
Dividendo mínimo obrigatório 25%	(2.409)	(7.989)

Em abril de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos à acionista HTB Participações Ltda., no montante total de R\$ 31.956, correspondente ao lucro do exercício de 2024, sendo R\$ 7.989 a título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 23.967 a título de dividendos adicionais. Os valores foram devidamente aprovados em assembleia e integralmente pagos no exercício de 2025. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até que seu saldo atinja o limite de 20% do capital social. Nos termos do § 1º do referido artigo, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

	2025	2024
d. Resultado por ação:		
Lucro líquido aos acionistas da Companhia (R\$)	10.141.551	33.639.106
Quantidade média de ações ordinárias em circulação	94.612	94.612
Lucro básico por ação - R\$	107,1909	355,5469

O lucro básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, em conformidade com o CPC 41 - Resultado por Ação. A Companhia não possui instrumentos com potencial efeito diluidor. Dessa forma, o lucro básico por ação é idêntico ao lucro diluído por ação nos exercícios apresentados.

Diretoria

Detlef Dralle - Diretor Presidente

Contador

Claudinei Fontes Pereira - CRC 1SP151352/0-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas emitido pela RSM Brasil Auditores Independentes S.S. estão disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 02 de março de 2026, sem modificações.

www.htb.eng.br

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE
INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.



Líder em conteúdo de
economia & negócios.

A força do Estádio

+56 MM

Impactos/mês



+27,5 MM

De usuários únicos



Líderes e formadores
de opinião leem o
Estádio diariamente.

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscrições. Estádio WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25).



ESTADÃO RI Publicação simultânea na plataforma
de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442